

NOVO GOVERNO

Prazo do Bolsa Família extrateto gera impasse

Congresso se divide sobre PEC que prevê retirar programa das regras fiscais em definitivo

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

Integrantes da base do governo Bolsonaro sinalizaram estar dispostos a apoiar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, mas apontaram resistências a pontos da minuta do texto, apresentada ao Congresso Nacional na noite de quarta-feira. O líder do governo Bolsonaro no Senado, Carlos Portinho (PL-RJ), disse que é “difícil” respaldar a exclusão do Bolsa Família do teto de gastos.

“Estamos dispostos a dialogar para ter o Auxílio Brasil no valor de R\$ 600. É um ponto de convergência entre os parlamentares. Mas é difícil ser extrateto — e por um período de quatro anos — por conta da responsabilidade fiscal. Não adianta dar o aumento e causar inflação, crescimento dos juros. Tudo isso vai corroer o valor de compra. Ou seja, não haverá ganho”, argumentou Portinho, em comunicado à imprensa. A PEC, no entanto, visa tirar definitivamente o Bolsa Família do teto, e não apenas por quatro anos.

Em busca de construir um texto com boas possibilidades de aprovação, a cúpula do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) procura integrantes da base do atual governo para chegar a um consenso. O líder do PT no Senado, Paulo Rocha (PA), teria sugerido a Portinho uma reunião.

O senador bolsonarista, porém, voltou a dizer que a PEC “não pode ser um cheque em branco”, mas afirmou estar disposto a negociar sobre o aumento real do salário mínimo. “No entanto, precisamos de um ministro para avaliar os impactos de todas essas propostas para saber como acontecerá a recuperação ao longo do ano”, acrescentou.

Excluir o Bolsa Família em definitivo do teto de gastos não é unanimidade nem mesmo entre aliados. A senadora Simone Tebet (MDB-MS), por exemplo, se mostrou contrária à medida. Também existe resistência na inclusão do bônus de R\$ 150 por criança de até 6 anos.

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), que integra o Conselho Político de Transição, informou que há, no Congresso, pelo menos três posicionamentos a

Jefferson Rudy/Agência Senado



Líder do governo no Senado, Carlos Portinho se disse disposto a negociar benefício de R\$ 600, mas sem extrateto



Ou fazemos essa PEC da Transição e criamos mínimas condições, ou a crise social que teremos a partir de janeiro será grave”

Enio Verri (PT-PR), deputado

respeito do texto. “Temos a posição da PEC original, sustentada por vários parlamentares, de que, em se tratando de um programa permanente o Bolsa Família, não há por que ter um embate, uma tensão todo ano para decidir. Essa é a razão de excepcionalizar sem o mandato, de forma permanente”, salientou.

Outra vertente identificada por Dias é de congressistas que defendem o benefício extrateto somente até o fim do governo Lula. “Nesse caso, acreditando que durante o mandato se vai encontrar uma alternativa

Despesa de R\$ 175 bilhões

O Orçamento de 2023 já tem R\$ 105 bilhões previstos para bancar o Auxílio Brasil — futuro Bolsa Família —, mas no valor de R\$ 400. Para manter os R\$ 600 pagos atualmente e acrescentar R\$ 150 por criança de até 6 anos — promessa de Lula —, serão necessários mais R\$ 70 bilhões.

relacionada à sustentabilidade, não só do Bolsa Família, mas também em relação à própria política fiscal, de controle das despesas”, comentou.

O terceiro grupo, na visão do senador eleito, é o daqueles parlamentares que pregam a validade da proposta apenas por um ano. “Isso pode criar um tensionamento. Temos excepcionalidades para a dívida, queremos dar excepcionalidade para os mais pobres, e aqui seria uma alteração somente para o Bolsa Família”, frisou.

O deputado federal Enio Verri

(PT-PR), membro da equipe de Planejamento da Transição, não acredita em dificuldade de aprovação da PEC, “porque o conjunto dos deputados vê com bons olhos o Bolsa Família”. “A maior questão não será o valor nem a excepcionalidade, mas o prazo pelo qual valerá: indeterminado versus quatro anos. O segundo, aí é outro debate, é o destino dos R\$ 105 bilhões”, ressaltou, referindo-se ao montante que se **abrirá no Orçamento** se o gasto com o programa for excluído do teto.

Ele destacou que as mudanças propostas pela PEC — especialmente em relação à priorização das verbas para manutenção dos programas sociais — precisariam ser debatidas qualquer que fosse o governo eleito. “Se fosse outro presidente, teria de ser feita exatamente a mesma coisa. Ou em janeiro pagariam só R\$ 405 do Bolsa Família? As farmácias populares seriam extintas? Não se trata de ser um governo x ou y. É que a peça orçamentária é o caos”, criticou. “Ou nós fazemos essa PEC da Transição e criamos mínimas condições, ou a crise social que teremos a partir de janeiro será grave”, alertou.

Metas para os primeiros 100 dias

» HENRIQUE LESSA
» VICTOR CORREIA
» VINICIUS DORIA

O Conselho Político da Transição, composto por 14 partidos que apoiam o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, fez a segunda reunião, ontem, e anunciou a ampliação do escopo de trabalho dos grupos temáticos para incluir o planejamento e a sugestão de medidas para os 100 primeiros dias do novo governo, que tomará posse em 1º de janeiro.

“Vamos aproveitar toda essa inteligência que está mobilizada na transição para também preparar o início do governo, e isso não estava previsto”, disse o representante do PDT no conselho, deputado Wolney Queiroz (PE), líder da oposição na Câmara.

O Conselho Político também decidiu indicar, no mínimo, dois parlamentares da base de apoio para cada um dos grupos técnicos da transição. A ideia é relacionar os projetos e trabalhos no Congresso com os debates de cada área temática e, assim, subsidiar as propostas para os primeiros meses do governo de Lula. Os partidos também devem mapear tanto no Senado como na Câmara os projetos em

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Queiroz: inteligência mobilizada na transição vai preparar medidas

tramitação que podem ser aprovados para facilitar a vida do presidente eleito.

O encontro, que ocorreu na sede do gabinete de transição, no Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), desta vez, teve a participação do vice-presidente

eleito Geraldo Alckmin (PSB), mas, novamente, não registrou a presença de representantes do MDB, partido da senadora Simone Tebet (MS).

A reunião foi aberta por Alckmin, que começou falando sobre a Proposta de Emenda à

Constituição (PEC) da Transição. Segundo participantes do encontro, o vice eleito está otimista quanto à receptividade da proposta, que não deve enfrentar muitas reações no Parlamento. O principal debate se dará em torno do prazo de validade da exclusão dos recursos do Bolsa da Família da Lei do Teto de Gastos. O texto -base propôs que a exclusão seja definitiva, mas parlamentares da base avaliam que esse item pode sofrer negociações até a aprovação da PEC.

A próxima reunião do Conselho Político está marcada para quarta-feira da semana que vem, quando deve se ter o desenho final do gabinete de transição e definição das rotinas de trabalho.

Na última terça-feira, o presidente do União Brasil, deputado Luciano Bivar (PE), foi à sede do gabinete de transição para conversar com a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR). Interlocutores indicaram que as conversas entre os dois foram muito promissoras. A expectativa é de que partidos que ainda não integram a base do governo eleito, como o próprio União Brasil, o PP e até mesmo o Republicanos — que serão convidados — participem da reunião.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br

Caio Gomez



A transição de Lula parece a Democracia Corinthiana

Uma das páginas mais interessantes da história do futebol brasileiro foi o surgimento da Democracia Corinthiana na década de 1980, um movimento que marcou a história do Timão paulista e representou, àquela época, o engajamento de um clube de futebol na luta pela redemocratização do país, com a participação dos craques do time, principalmente Sócrates, Wladimir, Casagrande e Zenon, na campanha das Diretas, Já.

Internamente, o futebol do Corinthians passou a ser administrado de forma revolucionária, num modelo de autogestão no qual todas as decisões importantes do dia a dia, inclusive contratações e escalações, eram tomadas por toda a equipe, na base do “cada cabeça um voto”, do roupeiro do time ao técnico Mário Travaglini. O sociólogo Adilson Monteiro Alves, diretor de futebol do clube na época, foi o pai dessa criança. O filho dele, Duílio Monteiro Alves, ocupa o mesmo cargo atualmente e pode ser candidato à Presidência do clube.

Em sintonia com a conjuntura política, com um time muito competitivo, a Democracia Corinthiana conquistou as simpatias dos torcedores em todo o país e empolgou a “Fiel”, sua grande torcida, principalmente por ter conquistado o Paulistão, em 1982 e 1983. Entretanto, quando Sócrates se transferiu para o Fiorentina, na Itália, começou a se esvaziar. O craque cumprira a promessa de que deixaria o país se a Emenda Dante de Oliveira, que restabeleceria as eleições diretas para presidente da República, não fosse aprovada.

O nome “Democracia Corinthiana” foi cunhado pelo publicitário Washington Olivetto, que também criou uma marca inspirada na tipologia da Coca-Cola. Ela foi estampada na camisa alvinegra em algumas partidas, assim como as frases “Diretas, Já” e “Eu quero votar para presidente”. Com a perda de seu principal líder dentro e fora do campo, os fracassos em campo e a derrota de Adilson Monteiro nas eleições para a Presidência do clube em 1985, a Democracia Corinthiana deixou de existir.

A equipe de transição do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, coordenada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, parece a Democracia Corinthiana. A impressão é de que ainda não existe um estado-maior do futuro governo Lula, que deveria ser o núcleo central da transição. Tem muita gente falando e agindo de forma descoordenada, o que passa a má impressão de a equipe estar mergulhada numa disputa interna pelos ministérios, o que gera insegurança no mercado e frustra expectativas dos agentes econômicos.

Bumba meu boi

A bagunça maior é na equipe de transição na área econômica, na qual já está evidente uma disputa entre seus integrantes. Ontem, houve uma manifestação pública dos economistas Arminio Fraga, Edmar Bacha e Pérsio Arida, que advertiram Lula de que a responsabilidade fiscal será avalista do sucesso de seu terceiro mandato. A síntese da carta aberta dos três economistas é essa. Na sequência, no final da tarde de ontem, o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega renunciou à participação na equipe.

Legalmente, a equipe de transição coordenada por Geraldo Alckmin tem 14 pessoas nomeadas, de um total de 50 cargos previstos em lei, com remuneração. Entretanto, a equipe já conta com 31 grupos temáticos, cada um empenhado em ter o seu próprio ministério, e mais de 300 pessoas indicadas para esses grupos de trabalho, a maioria por representação política dos partidos que apoiaram Lula no primeiro e no segundo turnos da eleição, e não necessariamente pela qualificação e experiência técnica de cada um. O critério para formação desse time não parece ser construir a passagem segura de comando na administração, sem interrupção de seu funcionamento, principalmente nas atividades-fim. Tem muita gente falando e jogando para a arquibancada, e não para a equipe.

É preciso um freio de arrumação na transição, não somente na área econômica, na qual o próprio presidente Lula vem dando declarações que miram seus eleitores, mas confronta os agentes econômicos, o que provoca alta do dólar, queda do valor de ações na Bovespa e expectativas negativas de investidores. É quase uma autossabotagem. Ao mesmo tempo em que manda sinais positivos para os parceiros internacionais na questão ambiental, anula seu próprio desempenho com declarações desastrosas sobre a economia.

Não tem para onde correr. Se não quer tumultuar o começo de seu mandato, fazendo o jogo que o presidente Jair Bolsonaro gostaria que fizesse, para melar a transição, Lula precisa anunciar o nome do seu ministro da Fazenda e começar a tratar da montagem de seu ministério, porque a administração pública é uma estrutura complexa e hierarquizada, que não funciona na base do bumba meu boi, com todo respeito pelas nossas tradições populares.

A EQUIPE DE TRANSIÇÃO CONTA COM 31 GRUPOS TEMÁTICOS, CADA UM EMPENHADO EM TER O SEU PRÓPRIO MINISTÉRIO, E MAIS DE 300 PESSOAS INDICADAS PARA ESSES GRUPOS DE TRABALHO